



SISTEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

Edison Luiz Bastos Barbosa

Economista, professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, atual Adjunto da Divisão de Assuntos Econômicos da FGV.

1 – INTRODUÇÃO

Em nossa exposição sobre os Sistemas Econômicos, adotaremos a seguinte orientação:

- 1) Apreciaremos, inicialmente, os aspectos teóricos dos Sistemas Econômicos, fixando-nos, porém, naqueles que se situam nos extremos do "laissez-faire" (*), ou seja, o Capitalismo Liberal e da "planificação global", isto é, o Socialismo Marxista-Leninista. Deixaremos de considerar o Socialismo, uma vez que o mesmo não pode hoje, ser considerado um sistema *claramente definível*, como observou Carl Landauer;
- 2) Na abordagem do Capitalismo Liberal, sem desconhecermos que a concepção teórica do referido sistema não foi formulada, apenas, por um ou por poucos economistas chamados "clássicos", analisaremos a contribuição teórica de Adam Smith, pela incontestável influência que o mesmo exerceu na conformação do Capitalismo Liberal, e, devido ao fato, de que toda a crítica de Marx ter sido voltada para refutar a posição dos "clássicos", cujo expoente foi sem dúvida Smith;

(*) A expressão "laissez-faire, laissez-passer le monde vá de leu même", foi cunhada pelos "fisiocratas", liderados por Quesnay, autor do Tableau Economique, publicado em 1758, cujas idéias fundavam-se sobre o *liberalismo* e o *individualismo*.

- 3) Em relação ao Socialismo Marxista-Leninista, cabe destacar que, a despeito de Marx ter-se limitado a analisar, criticamente, a eficiência do Capitalismo, sem chegar a formular as bases do Socialismo, seria conveniente, contudo, aprofundarmos um pouco a análise de suas concepções teóricas, que indubitavelmente embasaram o Socialismo Marxista-Leninista;
- 4) Como iremos examinar, a conformação do Capitalismo Moderno ou Neocapitalismo, derivou em grande parte da extraordinária contribuição de Keynes, que diagnosticou com realismo a situação do Capitalismo e equacionou a terapêutica adequada, que propiciou a evolução e *humanização* do Sistema Capitalista;
- 5) Finalmente, na comparação dos Sistemas Econômicos Contemporâneos, ressaltaremos aqueles aspectos relacionados com a "práxis" do Capitalismo Moderno e do Socialismo Marxista-Leninista.

Seria oportuno, antes de iniciarmos esta análise, distinguirmos Sistema de Regime Econômico.

De conformidade com os conceitos adotados pela ESG, "Sistema Econômico é um conjunto coerente de instituições e mecanismos definidores das atividades econômicas que se traduzem em atos de vida social, apoiados em uma hierarquia própria de valores e que permitem configurar um estilo de vida", enquanto "Regime Econômico é um conjunto de normas que regem atividades econômicas específicas".

Portanto, a noção de Sistema Econômico é mais ampla, englobando, assim, o que se entende por Regime Econômico.

De outra parte convém lembrar que, de acordo com a classificação dos sistemas econômicos, segundo o critério dos regimes econômicos, podemos considerar, especialmente: o regime dos bens, que se relaciona com a propriedade desses bens (propriedade privada ou propriedade coletiva) e o regime das pessoas, que se refere às relações do trabalho (escolha das atividades de cada um, as condições de exercício dessa atividade e as relações entre empregadores e empregados).

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – Capitalismo Liberal

O Capitalismo Liberal caracteriza-se, de forma sintética, pelos seguintes traços marcantes:

- a propriedade privada dos meios de produção (terra, trabalho e capital) e do seu uso;
- o lucro como móvel da atividade econômica;
- a livre iniciativa e a livre competição, como requisitos à existência de uma nova sociedade;

- o funcionamento racional dos agentes econômicos, dentro do sistema, de forma que os empresários sejam atraídos para aqueles setores que apresentem a melhor perspectiva de lucro, e, os consumidores, guiados pelo próprio interesse, teriam liberdade de maximizar sua satisfação de consumo em função de seus rendimentos;
- o livre jogo das forças do mercado, atuando no sentido de conciliar os interesses conflitantes de produtores e consumidores, segundo os melhores padrões de eficiência e de racionalidade;
- a não interferência do Estado na atividade econômica, uma vez que, a concorrência empresarial promoveria os ajustamentos necessários;
- a ação do Estado limitada, unicamente, a três encargos: (a) o de administrar a justiça a fim de garantir todos os membros da sociedade contra a opressão e a injustiça; (b) o de criar e de manter serviços e instituições de utilidade pública; e (c) o de proteger a sociedade contra as agressões externas.

A obra de Adam Smith — *The Wealth of Nations*, publicada em 1776 — não é somente um dos trabalhos pioneiros e mais famosos sobre Economia. É, principalmente, um livro que foi escrito, conforme assinalou Max Lenner*, no limiar de uma nova ciência e de uma nova era, e que procurou, através dessa ciência, a Economia Política, retratar aquelas forças que, em seu tempo, faziam emergir na Europa um novo homem e uma nova sociedade: o "homo economicus" e a sociedade capitalista, tão intimamente ligados entre si. Um livro, portanto, surgido do próprio crescimento econômico e no qual ainda que de modo assistemático (já que nele se mesclam Economia, Sociologia, Filosofia, Política, História, Moral e conselhos práticos) se vincula o progresso econômico à mudança cultural; no qual se salientava a necessidade de superar, por um lado, as situações prevalescentes nas velhas sociedades feudais ou semif feudais e de criar, por outro lado, condições à livre competição e à iniciativa individual, como requisitos à existência de uma nova sociedade. (É importante destacarmos este contexto histórico, para que fiquem bem situadas as idéias prevalescentes do Capitalismo Liberal.)

Compreende-se, assim, que o pensamento de Adam Smith seja comumente associado à política econômica do "laissez-faire". Mesmo que essa política não apareça explicitamente formulada em nenhuma passagem de sua obra, é ela uma decorrência lógica, para o conjunto das idéias expostas no seu livro *A Riqueza das Nações*, de haver Adam Smith alongado até a Economia, como moralista que era, a doutrina de que existe uma "lei natural" capaz de ordenar racionalmente as atividades humanas.

Relembremos, então, em que consiste a doutrina da "lei natural", e, como a estendeu Smith ao campo mais específico das atividades econômicas.

* Em Introdução de sua autoria contida na 5ª edição (1789) da obra de Smith.

A doutrina da "lei natural" foi sustentada, no que de perto nos interessa, por alguns filósofos do séc. XVIII, como Hume, d'Alembert, Helvetius, Turgot e Quesnay, alguns deles incluídos entre os economistas chamados fisiocratas. Ela se funda no pressuposto de que há, decorrentes da própria Natureza, normas de Direito e de Justiça possíveis de serem aprendidas pela razão ou pelo senso moral dos homens e dotadas de um poder superior a quaisquer normas que procedam da vontade dos governos, das prescrições jurídicas, éticas ou costumeiras, e que se lhes opunham. É, em suma, uma doutrina que admite uma ordem natural, preexistente também para as atividades humanas e faz do "sequere naturam" — velha máxima estoíca — um novo princípio de ação.

Passemos a examinar, agora, como Smith estendeu o conceito de "lei natural" à Economia. Não se trata, por certo, de uma apreciação fácil de fazer, porquanto o autor de *A Riqueza das Nações* não expõe as suas idéias dentro de um plano sistemático, consoante ficou esclarecido anteriormente.

Partindo, porém, da situação histórica em que a obra foi elaborada, admitamos como seus propósitos: (1) o de estabelecer o "modelo" de um sistema econômico para uma nova sociedade e (2) o de explicar o funcionamento (racional) das atividades econômicas, dentro de tal sistema. Acreditamos ser este um procedimento que nos permitirá uma visão geral do pensamento de Adam Smith e, a partir desta visão geral, melhor explanação da sua contribuição teórica ao crescimento.

O estabelecimento do "modelo" a que nos reportamos, resulta bastante claro da seguinte passagem de *A Riqueza das Nações*: "Afastados completamente todos os sistemas de preferência ou de restrição, o claro e simples sistema da liberdade natural (sic) se instaura por si mesmo. Todo homem, enquanto não viole as leis da justiça, é deixado perfeitamente livre para perseguir os seus interesses, à sua maneira, e para competir, com a sua indústria e/ou com o seu capital, com outros homens ou grupos de homens. O governo torna-se inteiramente liberto de um dever em cujo desempenho estaria sempre exposto a inúmeras decepções e, para cujo desempenho adequado, jamais a sabedoria ou o conhecimento humano seriam suficientes: o dever de superintender a indústria privada e de dirigir as pessoas para as atividades econômicas mais convenientes ao interesse da sociedade".

Este é, em síntese, o modelo de um sistema econômico que mais bem conviria a uma nova sociedade. Neste sistema deveriam prevalecer a livre competição e a iniciativa individual, ou generalizando, o individualismo competitivo, tal como no sistema idealizado pelos fisiocratas. Ao contrário, todavia, dos seus predecessores, deu-lhes Smith maior amplitude, pois nele incluiu como atividades produtivas não só a agricultura, mas igualmente a indústria manufatureira e o comércio.

No que respeita ao funcionamento das atividades econômicas, dentro do sistema da liberdade natural, é ele explicado por Smith, em diferentes passagens de sua obra, através do que se viria a denominar de "mecanismo dos preços", a saber, das relações entre o preço de mercado e o preço natural, resultantes da procura. Segundo Smith, o preço de mercado ou preço natural, é o preço ao qual uma mercadoria é comumente vendida; o preço natural ou preço de livre concorrência, equivale,

simplificando, ao custo dos meios de produção (terra, trabalho e capital); e a procura existe quando, numa comunidade, há pessoas que *querem* e *podem* pagar o seu preço natural.

No sistema da liberdade perfeita, é a procura que vai regular o funcionamento das atividades econômicas através do mecanismo de preços; note-se, porém, que não somente dos preços das mercadorias, mas, ao mesmo tempo, dos preços dos meios de produção (valor total da renda, do trabalho e do lucro), pois estes, segundo Smith, também podem ser vistos como "comodidades" e têm o seu preço natural.

As relações entre o preço de mercado e o preço natural, resultantes da procura, originam, na realidade, três situações: (1) quando a oferta de uma mercadoria é inferior à procura, o preço de mercado tende a elevar-se acima do preço natural; (2) quando é superior, ocorre, imprescindivelmente, o inverso; (3) quando é equivalente, o preço do mercado torna-se igual ou bastante aproximado ao preço natural. O mesmo se verifica concomitantemente, quanto ao preço, digamos para resumir, dos meios de produção. É, por isso, admitida a existência da liberdade perfeita, é a última dessas situações, ou seja, a de equilíbrio, a que tende, necessariamente, a prevalecer ao longo de um período considerável de tempo, para o conjunto das atividades econômicas (sic); as demais, portanto não passam, dentro da concepção estática que informa o pensamento de Smith, de flutuações ocasionais ou temporárias que afetam "parte" do sistema, mas não o sistema "como um todo". Em outras palavras: o preço do mercado, encarado sob um aspecto macroeconômico, gravita continuamente em torno do preço natural.

Esta tendência ao equilíbrio se verifica porque, ao procurarem os indivíduos a satisfação dos seus próprios interesses, são automaticamente levados pela "mão invisível" a promover o bem-estar social. Ou, dito de maneira diferente, desde que os indivíduos, *per se*, orientam as suas atividades no sentido de elas auferirem os maiores rendimentos, consciente ou inconscientemente eles trabalham, em conjunto, para tornar a "renda anual da sociedade" tão grande quanto lhes seja possível".

A partir desta visão geral do pensamento econômico de Adam Smith apreciemos a sua contribuição ao estudo do crescimento.

Parece-nos oportuno distinguir, nesta contribuição, dois aspectos: (1) o que se refere à descrição, mesmo um tanto sumária, do "progresso natural da opulência", e (2) o que diz respeito à identificação dos fatores condicionantes de tal progresso. É mister ressaltar, porém, que estes aspectos, embora possíveis de distinguir para melhor explanação do assunto, estão intimamente relacionados e devem ser vistos conjuntamente, pois, só assim põem em relevo toda a importância da contribuição de Smith ao pensamento econômico, a saber: a clara noção que ele manifestou de ser a vida econômica, "uma concatenação de processos de mudança", inclusive no que tange ao mecanismo dos preços ou, mais explicitamente, às condições do mercado.

Quanto ao primeiro aspecto, o simples fato de falar em "progresso natural da opulência" já denota que, para Smith, o crescimento econômico é um processo de mudança. Este processo, segundo "o curso natural das coisas" é descrito, nas suas linhas gerais, em três etapas: (a) a da produção agrícola, (b) a de produção manufatureira, e (c) a do comércio exterior. São etapas que correspondem, por seu turno, a uma evolução na estrutura econômica e social das comunidades humanas, pois, conforme as descreve Smith, está a primeira delas associada à predominância exclusiva do "campo", e das duas últimas ao aparecimento e a organização das cidades.

Sumariando a descrição de Adam Smith do progresso natural da opulência, examinemos o quadro geral que ele nos ofereceu do processo. Seguindo o "curso natural das coisas", o processo de crescimento é gradativo e tende, dentro de certos limites, a perpetuar-se através do tempo. À medida que um país cresce, as suas atividades econômicas se vão diversificando e se tornando cada vez mais interdependentes. O processo atinge a sua fase estacionária, quando o país alcança o "limite de suas riquezas" que os seus recursos naturais e a sua situação com relação a outros países lhe permitem; neste ponto, embora sem retroceder, não lhe é possível avançar. Na realidade, consoante observou Smith, nenhum país jamais alcançou tal "grau de opulência".

Para finalizar, observa-se que a este quadro geral, faltam algumas pinceladas: nele não se descreve o declínio do processo nem se indica por que retrocedem certas sociedades. Mas, isto não seria de esperar que o fizesse quem, como Smith, estava preocupado com a "riqueza" e não com a "pobreza" das nações.

Quais, então, dentro desta visão panorâmica do processo de crescimento, os fatores que Smith identificou como condicionantes do mesmo? Cabe observar, desde logo, que por "fatores condicionantes" entende-se aqueles fatores, de cuja interação resultam as condições necessárias ao "eclodir" e ao "desencadear-se" do processo. Na realidade, com efeito, nenhum fator, tomado isoladamente, é responsável pelo processo; ou em outras palavras, a análise dos fatores, pela própria complexidade de que se reveste, jamais se poderia restringir ao bizantismo de saber se foi a galinha ou o ovo que primeiro existiu... Verifica-se, até mesmo, em confronto com as situações concretas, que os estímulos trazidos ao processo pelos seus fatores condicionantes crescem de intensidade à medida que aumenta de intensidade o próprio processo; se a acumulação do capital deve ser vista como condição imprescindível ao crescimento, é em função do mesmo que ela se torna mais intensa e mais ampla, por conseguinte, as suas repercussões sobre o processo. Desta interação teve Smith uma noção bastante satisfatória, embora não a expressasse de maneira precisa.

O primeiro fator por ele identificado, como condicionante do processo, é a "divisão do trabalho". Ao seu ver, a divisão do trabalho não procede de uma norma do governo ou da sociedade, mas decorre de uma certa propensão da natureza humana "venda, troca e permuta de uma mercadoria por outra". Esta, digamos, é a sua explicação filosófica (ou doutrinária) do fenômeno. Dela resulta, em termos

econômicos, o aumento da produtividade da mão-de-obra, desde que o mesmo número de pessoas se torne capacitado a produzir mais em consequência: (a) do melhor adiestramento dos operários; (b) da economia de tempo no processo produtivo, proveniente da especialização; e (c) da utilização de máquinas e equipamentos mais eficazes, ou seja, da introdução de "invenções" no processo produtivo. Ainda em termos econômicos, ele salienta que a divisão do trabalho é limitada pela "extensão do mercado". Aparentemente, tal observação, nos parece, conduziria àquela tese do "círculo vicioso", de Nurkse. Smith, entretanto, admitiu ser possível expandir o mercado, desde que se melhorem os meios de transporte; sobretudo, e em função da experiência do seu tempo, o transporte hidroviário, diretamente relacionado com o comércio exterior.

O segundo fator condicionante do crescimento, por ele identificado, é o estoque de capital disponível pela comunidade. Numa situação a que designou de "estágio primitivo da sociedade" observou Smith não haver divisão do trabalho, pois cada homem é auto-suficiente ao prover suas necessidades. Não existe, também, qualquer exigência de um estoque de capital, desde que não haja comércio. E, com base neste raciocínio, ele afirmou que a divisão do trabalho pressupõe, ou acompanha de perto, a formação de um certo estoque de capital e gera, concomitantemente, uma exigência de acumulação de capital. Superado, então, o "estágio primitivo da sociedade", as poupanças e o investimento passam a exercer, segundo Smith, uma considerável influência no processo de crescimento e, portanto, nos níveis de renda da comunidade.

2.2 – Socialismo Marxista-Leninista

O Socialismo Marxista-Leninista apresenta de forma concisa, os seguintes elementos característicos:

- a propriedade coletiva dos meios de produção e do seu uso;
- a intervenção direta e total do Estado no sistema econômico direcionando os fluxos da produção e da renda;
- a inexistência da livre iniciativa;
- o suprimento das necessidades básicas de consumo das massas como móvel da atividade econômica;
- a planificação global da economia como fator de realização da eficiência;
- a ação do órgão central de planificação envolvendo todas as entidades econômicas e todos os meios de produção, em termos de estabelecimento de objetivos macroeconômicos, da determinação dos recursos para alcançá-los e de fixação dos preços dos bens e serviços necessários e, portanto, do ritmo previsto de crescimento da atividade econômica.

Qualquer exposição da contribuição de Karl Marx ao estudo do sistema socialista – ainda que sumária, como a nossa – tem de basear-se em duas obras

"Contribuição à Crítica da Economia Política", publicada em 1859 e "O Capital", cujo primeiro volume foi editado em 1867.

A visão geral de sua contribuição não deve prescindir — sem que se incida em simplificações deturpantes — da apreciação daqueles aspectos que embora irreduzíveis às categorias estritamente econômicas de análise, são inseparáveis do marxismo, como "concepção" do crescimento. Em outros termos: se a teoria do valor-trabalho ou, especificamente, da "mais-valia", pode ser tomada, digamos que em termos acadêmicos, como um dos aspectos formalmente econômicos da análise marxista. O marxismo em si é, também, uma interpretação filosófica da História e a doutrina política da luta de classes; e esses três aspectos — o filosófico, o econômico e o doutrinário — compõem, na ordem em que se acham dispostos e em função do método dialético de que Marx se utilizou para interpretar a sociedade capitalista, o que se poderia denominar pura e simplesmente marxismo.

A propósito, salienta John Robinson que as diferenças fundamentais entre o marxismo e a economia tradicional são: (1) a economia tradicional aceita o sistema capitalista como parte de uma ordem eterna da Natureza, enquanto Marx o encara como uma fase transitória entre a economia feudal do passado e a "economia socialista do futuro" e (2) os economistas ortodoxos admitem uma harmonia de interesses entre as classes sociais, enquanto Marx concebe a vida econômica em termos de conflito entre os operários e os capitalistas.

Isto posto, iniciaremos a análise da contribuição do marxismo ao estudo do crescimento, considerando o seu aspecto filosófico, ou seja, a interpretação dialético-materialista da História, que a configura. De forma sintética pode-se inferir como inerentes à interpretação marxista da História, os seguintes postulados: (a) a História é um vir-a-ser de "formas" de organização social; (b) este devenir histórico é independente da vontade humana e se acha condicionado pelo "modo de produção" peculiar a determinados estágios do processo de crescimento; (c) cada "modo de produção" gera certas "contradições" que dão origem a novas "formas" de organização social.

Ressalte-se, do exposto, que o "modo de produção", que em termos simplificados refere-se à forma de apropriação da propriedade no grupo social, constitui a chave da interpretação histórica do marxismo.

Inicialmente, são necessários alguns esclarecimentos quanto à análise desenvolvida por Marx. Não é ela, a despeito das implicações filosóficas que contém, uma análise "a priori"; funda-se, pelo contrário, na observação dos fatos e procede do particular para o geral. Em outras palavras: a análise marxista do crescimento econômico deve ser considerada primeiramente como *a análise do crescimento no contexto histórico do capitalismo*; a partir, portanto, *de uma situação real*. A isto designa-se de aspecto econômico do marxismo.

Examinemos, então, os pontos de maior relevância nesta análise. Para tanto fixemos, preliminarmente, algumas das principais características do "modo de produção" capitalista. A sociedade burguesa, segundo Marx, caracteriza-se por:

(1) a riqueza se apresenta como uma imensa acumulação de mercadorias; (2) a população está dividida em duas classes — a dos capitalistas, que detêm a propriedade dos meios de produção e a dos operários, que apenas dispõem do próprio trabalho para vender; e (3) "o motivo propulsor e o fim determinante do processo de produção (capitalista) é conseguir o maior incremento possível do valor do capital".

Desde que a mercadoria representa a "forma elementar" da riqueza, no Sistema Capitalista, Marx inicia a sua análise pelo estudo da mercadoria ou, mais precisamente, pela teoria do valor, porquanto toda mercadoria se "manifesta" sob um duplo aspecto: o "valor de uso" e o "valor de troca". Para Marx, porém, a noção de valor tem uma origem social, sendo, por isso, a expressão das relações que os membros de uma comunidade mantêm entre si como produtores da riqueza. É possível, assim, abstrair da análise o "valor de uso" e considerar, especialmente, o "valor de troca", pois este se apresenta para Marx "como uma relação quantitativa, como uma proporção em que se trocam os valores de uso de uma classe, contra os valores de uso de uma classe, contra os valores de uso de outra classe".

É o trabalho social — o trabalho homogêneo, indiferenciado, no qual se obliterou a individualidade dos trabalhadores — o que cria o "valor de troca" das mercadorias. A determinação quantitativa desse valor se faz pelo "tempo de trabalho" — de trabalho que se deve considerar idêntico pela sua quantidade, mas distinto pela qualidade — "cristalizado na produção de mercadorias. O valor de uma mercadoria, assim, consiste no "tempo de trabalho" requerido pelas comodidades que entram no seu processo de produção. Esta é, em síntese, a teoria marxista do valor, ou do *valor-trabalho*, teoria já adotada, nos seus aspectos gerais, por Adam Smith e Ricardo, entre outros, e à qual pretendeu Marx imprimir um conteúdo mais objetivo ao fazer do tempo de trabalho a unidade de mensuração do valor.

A teoria do *valor-trabalho* constitui, por sua vez, a pedra angular de toda análise marxista do Capitalismo. Desde que na sociedade burguesa existem duas classes — a dos capitalistas e a dos operários — das relações entre elas resulta que o valor da produção anual se resolve na soma de três componentes: o *capital constante* (c) — o valor das instalações, dos equipamentos e dos demais insumos utilizados na produção (*); o *capital variável* (v) — o valor da força de trabalho despendido no período; e o *produto excedente* (p) ou *mais-valia* — o valor do excesso do produto líquido sobre os salários, do qual provêm os lucros, os juros, as rendas, etc.

A *mais-valia* (p) resulta segundo Marx, da exploração da força de trabalho. Se ela não existisse, o capital antecipado — ou seja o capital investido, inicialmente, na produção de qualquer mercadoria — a que poderíamos designar por C, seria no final do processo produtivo, igual a $c + v$.

O conceito de *mais-valia* — certamente o aspecto de maior relevo e de maior controvérsia da teoria marxista do *valor-trabalho* ou, melhor dito, do *valor-*

(*) Segundo Marx, o valor do *capital constante* (c), quanto às instalações e equipamentos, deve ser considerado apenas como referência à sua taxa de depreciação.

tempo-de-trabalho — é o fundamento da análise dialética da acumulação do capital. Antes, porém, de passar a este assunto vejamos três razões que, a partir do *valor do produto total* ($c + v + p$), Marx estabelece como instrumentos de sua análise, a saber:

- a) p/v correspondente à *taxa de exploração*. É ela uma revelação entre o produto excedente (lucros, juros e rendas) e os salários;
- b) c/v equivale à *taxa de composição orgânica do capital*. Expressa como se percebe, a relação entre o "valor dos meios de produção" (c) e o "valor da força de trabalho" (v). Aqui, porém, c corresponde ao "estoque de capital"; ou em outras palavras, a parcela nele incluída referente às instalações e aos equipamentos, não se limita apenas à taxa de depreciação. Daí uma certa ambigüidade na fórmula, conforme observou John Robinson;
- c) $p/c + v$ nos dá a *taxa de lucro*. Desde que, nesta fórmula, c reaparece como equivalente ao estoque de capital, torna-se oportuno aclarar o objetivo que Marx colimou, ao elaborá-la como instrumento de análise. Na primeira fórmula, p/v , a mais-valia foi estimada como dependendo, primordialmente, de v , ou seja, da força de trabalho empregada pelo capital, dada a hipótese em que c se computar somente a "taxa de depreciação". Neste caso, $c + v$ equivaleriam, na terminologia marxista, ao "preço de custo da mercadoria" nada tem a ver com o processo de incremento do capital, característico do Sistema Capitalista. Este se inicia quando se acresce a $c + v$, p . São estas as componentes do que Marx denomina de "custo de produção da mercadoria". Em outras palavras, o "valor mercantil" ou para simplificar, o que chamaríamos, presentemente, de "preço de venda" de um produto. Ao tratar do "custo de produção", Marx observa que p tanto procede de v como daquela parte do capital fixo (chamemo-la de c , para ilustrar) que não se incorporou ao "preço de custo", como "depreciação". Para aquela parte, entretanto, ele mantém, como na fórmula precedente, igual símbolo c . Donde a confusão que se tem argüido contra as mesmas, resultante, em grande parte, de atribuir, no contexto da análise, dupla conotação a único símbolo: c , referente a taxa de "depreciação" + "gastos com consumo"; e c , incluindo, também, a parte fixa do capital constante, não incorporada ao processo de produção ou seja, como estoque de capital.

Para complementar esta exposição sobre a análise marxista do crescimento econômico no Sistema Capitalista, apreciaremos agora algumas de suas conclusões mais importantes. Com fundamento nas três razões em que se baseia o seu instrumental analítico temos que, a longo prazo, deles resultam três princípios gerais: (1) a crescente miséria da classe operária, em virtude da exploração progressiva do trabalho humano; (2) a concentração do capital; e (3) a tendência decrescente da taxa de lucro. São princípios, ou leis, que expressam relações intrincadas e comple-

as, entre fenômenos. No decurso do processo, tais relações atuam, a curto prazo, como elementos geradores das crises econômicas.

Vejamos, por outro lado, o aspecto doutrinário do marxismo. Este se refere à "luta de classes". A luta de classes, segundo Marx e Engels, acompanha a evolução histórica de todas as sociedades. Na sociedade capitalista, porém, apresenta-se com fisionomia peculiar, em virtude de achar-se a mesma dividida em dois grupos antagonisticamente distintos: a burguesia e o proletariado. Por isso, observou Marx, não ser possível desconhecer este antagonismo quando nos ocupamos da economia política. Não foi, contudo, sob o aspecto econômico, que a sua teoria da luta de classes se fez relevante; e, sim, sob um aspecto doutrinário e ideológico. Porque de fato, ela não constitui mera demonstração de que a evolução histórica tende a uma sociedade sem classes; mas, antes de tudo, um instrumento de luta política entre o proletariado e a burguesia, de que decorrerá, em última instância, a "expropriação dos expropriadores". Um instrumento, em suma, destinado a abreviar a transição do Capitalismo para o Socialismo, através da ditadura do proletariado, no entendimento de Marx.

Temos, assim, uma visão geral da contribuição marxista ao estudo do crescimento. É uma contribuição que se fundamenta na análise dialética da acumulação do capital, como o fenômeno mais relevante da economia capitalista; circunscrita, pois, a uma análise do crescimento, no contexto de um determinado sistema.

Quais, então, os fatores por ele identificados, como condicionantes do processo? Conforme ficou esclarecido, Marx salienta, explicitamente, a acumulação de capital; neste ponto, a sua análise — omitidos os aspectos filosóficos e ideológicos do marxismo — corrobora o pensamento dos clássicos. Mas desde que ela diz respeito tão-somente a um estágio do crescimento econômico, é oportuno inferir se, para Marx, a "acumulação de capital" também se faz necessária para atingir o estágio, digamos "socialista", do progresso econômico. Em outras palavras: se é possível, generalizando, fazer crescimento econômico sem acumulação de capital.

A resposta a esta última questão será, logicamente, negativa. Para melhor formulá-la, contudo, convém considerarmos brevemente: (1) a análise marxista da reprodução do capital social e (2) o uso que desta análise tem feito, nos dias presentes, a "planificação do Sistema Socialista".

A análise da reprodução do capital social — principalmente no que toca às suas implicações para a problemática do crescimento econômico — pode ser vista como uma das contribuições mais valiosas de Marx para a teoria econômica. Trata-se, evidentemente, de uma análise macroeconômica em que se consideram: (a) o produto nacional como um agregado de $c + v + p$; e (b) a economia nacional como dividida em dois setores: o que produz bens de capital (I) e o que produz bens de consumo (II). Temos, então, que o produto nacional é igual à "produção total de bens de capital" ($cI + vI + pI$) mais a "produção total de bens de consumo" ($cII + vII + pII$). Onde $c = cI + cII$, $v = vI + vII$, $p = pI + pII$.

Relembrando que c equivale, no cômputo do produto nacional, apenas à "taxa de depreciação", note-se que numa economia estacionária (ou, segundo a

terminologia de Marx, de reprodução simples do capital) a demanda total dos bens de capital seria igual a $cI + cII$, e a demanda total dos bens de consumo seria igual a $vI + vII + pI + pII$. Neste caso, toda a reprodução do capital se destinaria somente à reposição dos bens de capital utilizados, no processo produtivo, pelos setores I e II da economia; não haveria, em outras palavras, formação líquida de capital, uma vez que o produto excedente de ambos os setores (pI e pII) seria destinado ao consumo.

Entretanto, numa economia em crescimento (ou de acordo com Marx, de reprodução ampliada do capital) uma parte de p se acumula com o fim de aumentar os bens de produção e utilizar, assim, maior quantidade de trabalho. A *mais-valia* p se distribuirá então em: (a) consumo; (b) aquisição de bens de produção; e (c) em salários necessários a incrementar o emprego. Se designarmos a cada uma dessas partes de p , de P_a , P_b e P_c , vemos que, numa economia em expansão, o produto nacional será igual a $c + v + P_a + P_b + P_c$. Em outras palavras: não é possível, segundo a análise marxista, o crescimento econômico sem acumulação de capital ou, mais precisamente, sem que haja um incremento líquido de capital, de que resulte, através dos investimentos, uma inter-relação dinâmica entre os setores I e II da economia.

Esta inter-relação, de resto, é válida tanto para uma economia capitalista quanto para uma economia socialista. É por isso que o Sistema Socialista se tem servido da análise marxista como um instrumento de "planificação", dentro de um modelo plurissetorial da economia; modelo a que se designa, também, de análise insumo-produto. E o principal objetivo da planificação socialista, no sentido de promover o crescimento, vem sendo o de maximizar a utilização do produto excedente (p) para acumulação de capital e, portanto, para os investimentos de que está a depender, em períodos sucessivos, a taxa de crescimento econômico.

Ressalta do exposto, que se pode generalizar a análise marxista e admitir a acumulação de capital como um fator condicionante de crescimento, independente do estágio que se considerem. Aliás, o único fator que Marx identificou, de modo explícito, como já assinalamos. Os seus efeitos, porém, sobre a expansão da economia dependem, conforme é fácil de perceber, dos investimentos.

Para concluir a nossa exposição sobre a contribuição de Marx ao estudo do crescimento, ponhamos em relevo o aspecto "crítico" e o aspecto "teórico" que a configuram.

A crítica ao Sistema Capitalista Liberal é aceita, no que ela se constitui em *juízos de valor* de um sistema econômico, por marxistas ou não-marxistas. Representa, não obstante, um tema de interesse antes filosófico do que propriamente econômico.

Tal aceitação, entretanto, não ocorre quando se aprecia o aspecto "teórico" do marxismo. Mesmo as conclusões de natureza puramente econômica, a que chega Marx neste campo, como decorrência das próprias leis e das contradições inerentes ao Sistema Capitalista, nem sempre se ajustam aos fatos quando os encaramos objetivamente, ou seja, como *juízos de realidade*. A tendência à miséria crescente da classe operária, por exemplo, não é expressão adequada de uma teoria dos salários para os países capitalistas; nestes países, os salários se vêm mantendo acima

em um nível de mera subsistência. Além disso, conforme observou Joan Robinson, a explicação marxista da tendência decrescente dos lucros se baseia em pressupostos que, de fato, nada explicam; isto porque tais pressupostos não levaram em conta o problema da demanda efetiva. Relembrando, Marx deduz a lei das inter-relações entre c/v e p/v e admitindo que c/v tende a crescer, enquanto p/v se mantém constante, conclui, então, que a razão $p/c + v$ tenderá, *necessariamente*, a decrescer. Entretanto, como salientou Joan Robinson, na realidade, as variações de c/v não dependem somente de condições técnicas, mas do uso do equipamento, isto é, *também* a relação capital/trabalho por unidade de produto. Dado um equipamento, esta relação será tanto maior quanto menor for a sua utilização e vice-versa. Mas, como a utilização do equipamento varia, no decurso do tempo, em função da demanda efetiva, a fórmula de Marx — mantida a suposição de ser constante p/v — indicará somente que os lucros tendem a aumentar ou a diminuir com as oscilações do mercado; dela não resulta, assim, a necessidade de uma taxa decrescente dos lucros. De fato, esta necessidade só se poderia verificar, em face do exposto, no caso de abandonar-se a hipótese de uma constância em p/v , isto é, desprezando-se a afirmativa marxista de que os salários reais se manteriam num nível de subsistência, ao longo de todo o processo de crescimento da economia capitalista.

Observa-se, ainda, que o reconhecimento das falácias existentes na análise marxista e das simplificações filosóficas ou ideológicas, a ela vinculadas, não implicam subestimar a contribuição de Marx ao estudo do crescimento econômico. Há, em sua obra, apreciações de interesse fundamental, principalmente para a problemática do crescimento, considerações que, acima dos exageros dogmáticos, vêm suscitando, mais recentemente, maior atenção às idéias de Marx. Como observou o Mestre Mário Henrique Simonsen: "Refutar a teoria econômica de Marx *não chegou a ser tarefa difícil* para aqueles que não gostavam de suas previsões. Mas exigiu, *no plano teórico*, que os economistas aprofundassem a sua capacidade de análise. E, *no plano político*, que o Sistema Capitalista passasse a ter maiores preocupações *com sua dimensão social*. Em suma, para usar sua própria linguagem, Marx, *talvez*, não tenha conseguido construir uma boa tese. Mas, *certamente, pela sua capacidade de provocação, elaborou uma formidável antítese*".

3 — Capitalismo Moderno ou Neocapitalismo

Como assinalamos na introdução, a conformação do Capitalismo Moderno derivou, em grande parte, da extraordinária contribuição de Keynes.

A mais ampla oposição de Keynes à concepção da teoria clássica resulta da inadequação da mesma como explicação às situações da "sociedade econômica em que realmente vivemos". Esta inadequação decorre, de um modo geral, da falácia do *laissez-faire* e das suas implicações com aquelas correções automáticas dos desequilíbrios do sistema econômico. No contexto da situação histórica em que veio à luz a "Teoria Geral", a Grande Depressão dos anos 30 não deixava dúvidas quanto à inadequação, ao pôr em evidência a ruptura do Capitalismo Liberal.

Como, por exemplo, seriam admissíveis os tremendos efeitos daquela depressão sobre a economia mundial, com os impactos sociais gerados pelo desemprego mundial, com os impactos sociais gerados pelo desemprego em massa, se prevalecia na realidade, o princípio da harmonia entre o interesse individual e o interesse da sociedade? Como explicar, por outro lado, uma situação flagrante de superprodução e de subconsumo, a ser válida na realidade a Lei de Say — erigida em dogma pela teoria clássica — e na qual se afirmava a impossibilidade de haver uma escassez da demanda em relação à produção?

Evidentemente, que não caberia, nesta oportunidade, aprofundarmos apreciações relacionadas com a concepção keynesiana, o que foi feito pelo Prof. SANTANA em palestra proferida sobre Teoria Econômica (T8-79), com significativa capacidade de síntese.

Contudo, para situarmos a inestimável contribuição de Keynes para o soerguimento e fortalecimento do Sistema Capitalista, são necessários alguns esclarecimentos.

Keynes em sua abordagem macroeconômica do Sistema Capitalista estudou os fatores determinantes do emprego e da renda nacional e propôs a intervenção do Estado na atividade econômica de modo a compensar o declínio dos investimentos privados nos períodos depressivos dos ciclos econômicos.

Keynes, no entanto, ressaltou que o intervencionismo estatal deveria ser parcial, ou seja, indutor da atividade econômica, em suas grandes linhas; são palavras textuais de Keynes: "Não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado envolvendo a maior parte da vida econômica da comunidade. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se este for capaz de determinar o montante global dos recursos destinados a aumentar os meios de produção e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado tudo o que lhe corresponde".

Portanto, ao contrário do que foi imputado a Keynes por alguns de seus críticos, ele não preconizou o dirigismo total e coercitivo do Estado, que implica na eliminação da iniciativa privada. Com a lucidez que o caracterizou, Keynes observou: "Os regimes autoritários contemporâneos parecem querer resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não suportará por muito mais tempo o estado de desemprego que, isolados uns poucos intervalos de excitação, é uma consequência inevitável do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas, talvez a doença possa ser curada por meio de uma análise correta do problema, sem sacrifício da eficiência e da liberdade".

Sob a inspiração das idéias, tanto de seus precursores, como do próprio Keynes e dos economistas que se seguiram a ele, concebeu-se uma nova visão do funcionamento do Sistema Econômico Capitalista.

Inicialmente, a ação co-participante e indutiva do Estado corporificou-se através da utilização dos instrumentos de política econômica voltados, especialmente, para orientar a aplicação das despesas públicas, dada a influência das mesmas

no sentido de regular o nível das atividades econômicas, caracterizado na década de 30 por insuficiência de "procura global", ou seja, por um quadro de desemprego crônico.

À medida que o mundo capitalista se recuperava e ganhava novo impulso o processo de crescimento econômico, a política econômica adotada pelos governos desses países incorporava novas concepções e passava a utilizar-se de instrumentos cada vez mais adequados à problemática econômico-social vigente.

Assim, além da orientação das despesas públicas, os instrumentos de orçamentação das receitas públicas, compreendendo a estrutura fiscal, passaram a ser manipulados de forma mais apropriada.

Com a intensificação do ritmo do crescimento econômico dos países do mundo ocidental e a complexidade crescente da problemática da sociedade capitalista, ou seja, crescimento demográfico acelerado, o impulso da industrialização e a conseqüente influência no processo de urbanização, verificou-se uma acentuada modificação dos padrões de vida da comunidade.

Em face da maior complexidade da problemática econômico-social, a ação governamental nos países capitalistas passou, progressivamente, a utilizar outros instrumentos de política econômica para orientar os fluxos de consumo e de investimento. Nesse sentido, mecanismos de política monetária como: a taxa de desconto e o controle quantitativo e qualitativo do crédito demonstraram sua eficácia como instrumentos complementares às políticas fiscal e orçamentária. O ajuste da taxa de câmbio e a política salarial, entre outros, como diversas políticas de preços, tornaram-se instrumentos valiosos para atenuar as imperfeições do sistema de preços.

Mais recentemente, a política econômica adotada pelos governos dos países capitalistas vem ampliando o alcance de medidas tendentes a melhorar a repartição do Produto Nacional, através, principalmente, do aperfeiçoamento do sistema de seguros sociais, que envolve o setor público, os empregadores e os empregados.

Portanto, no Sistema Capitalista Moderno a ação co-participante do Estado na atividade econômica se processa de forma indutora, através de incentivos e sanções, ou seja, sem eliminar a propriedade privada dos meios de produção e do seu uso, a livre iniciativa e a concorrência empresarial; permanecendo, desse modo, o lucro como móvel da atividade econômica.

De outra parte, a gestão direta do Estado é compatível com a concepção do Neocapitalismo, desde que se caracterize numa certa área de atividade e incapacidade financeira ou empresarial do setor privado, e que esta função seja, posteriormente, transferida à iniciativa privada; variando esta participação, de acordo com o estágio de desenvolvimento da economia.

Outro aspecto significativo do Capitalismo Moderno é a prática disseminada do planejamento indicativo no mundo ocidental, que se tem constituído em eficiente meio para orientar a dinâmica do processo de desenvolvimento.

Feitas estas colocações, seria oportuno confrontarmos as principais características do Capitalismo Liberal com aquelas relacionadas ao Capitalismo Moderno,

objetivando destacar a flexibilidade e capacidade de adaptação do Sistema Capitalista:

<i>CAPITALISMO LIBERAL</i>	<i>NEOCAPITALISMO</i>
– Abstenção do Estado no domínio econômico.	– Intervenção parcial do Estado de forma, predominantemente, indutiva.
– Propriedade privada dos meios de produção e do seu uso.	– Propriedade dos meios de produção e do seu uso dividida pelas esferas privada e pública.
– Exercício da livre iniciativa.	– Exercício da livre iniciativa, concomitantemente, com a intervenção parcial do Estado.
– Realização da eficiência através da livre concorrência empresarial.	– Concorrência empresarial orientada e estimulada pelos instrumentos da política econômica.
– Mecanismo dos preços, conjugado com o livre jogo das forças do mercado.	– Mecanismo das forças do mercado, conjugado com a função orientadora, co-participante e intervencionista do Estado.

2.4 – Comparação dos Sistemas Econômicos Contemporâneos

Conquanto já tenhamos refutado, no plano teórico, as principais conclusões de Marx junto à tendência do Sistema Capitalista, seria oportuno recolocá-las para apreciarmos as mesmas, no plano da “práxis” do Neocapitalismo.

O Capitalismo Moderno, com a flexibilidade e a capacidade de adaptação às novas circunstâncias que o tem caracterizado, substituiu o individualismo competitivo, baseado na existência de uma “ordem natural”, pela intervenção do Estado no domínio econômico de forma indireta e, predominantemente, indutora, objetivando conciliar os interesses de produtores e consumidores.

O dinamismo do Neocapitalismo, ao contrário do que previra Marx (crescente miséria da classe operária), tem propiciado a elevação progressiva do padrão de vida dos trabalhadores, seja através de novas oportunidades decorrentes da melhoria do nível cultural da população, ou da ampliação e aperfeiçoamento dos serviços básicos – saúde, saneamento e transporte de massa – ou, ainda, da difusão do sistema de seguros sociais.

Quanto à acumulação do capital, cabe assinalar que ela é básica — como já observamos anteriormente — porquanto, não é possível promover o crescimento econômico, sobretudo no estágio inicial, em qualquer sistema, sem acumulação do capital. No Neocapitalismo o referido processo concentra-se, especialmente, no setor privado, no entanto, a ação governamental, valendo-se de instrumentos de política fiscal, como o imposto sobre a renda, a taxação da herança e do lucro imobiliário, entre outros, promove os ajustes necessários.

De outra parte, a pujança do Capitalismo Moderno contradiz a assertiva de Marx que preconizou a “tendência decrescente da taxa de lucro” e, portanto, a deterioração do Capitalismo. Pelo contrário, conforme acentuou Viley: “Em nenhum lugar, até hoje, o Socialismo se implantou sobre as ruínas de um Capitalismo amadurecido” e complementando, destacou: “A instalação do Comunismo na Tcheco-Eslováquia não resultou, de forma alguma, de uma evolução autônoma das estruturas econômicas nacionais, mas, foi imposta do exterior”.

Com relação ao Socialismo Marxista-Leninista, são necessárias algumas colocações preliminares, uma vez que, como já foi destacado anteriormente, Marx limitou-se a analisar criticamente a eficiência do Capitalismo, sem fixar as bases do Socialismo. Assim, em 1917, com a implantação do Comunismo da União Soviética, Lenin e Trotsky se depararam com o problema de estruturar uma nova ordem social e econômica.

Em termos concisos, podemos destacar os principais traços marcantes dessa nova ordem:

- centralização do processo decisório pelo Estado;
- supressão da propriedade privada dos meios de produção e do seu uso;
- planificação global, envolvendo todos os aspectos da vida econômica e social, todas as entidades econômicas e todos os meios de produção;
- subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos, na fixação dos objetivos macroeconômicos definidos no Plano;
- substituição do mecanismo das forças do mercado pela fixação dos preços dos meios de produção, dos bens e dos serviços, pelo organismo central de planificação.

No que se refere à suposta supremacia do Socialismo e seus desdobramentos, os teóricos conceberam que inicialmente o sistema seria implantado através da *ditadura do proletariado*, com o posterior *desaparecimento do Estado*, e, ao ser atingido o estágio mais avançado da “economia socialista do futuro” — a *sociedade sem classes*.

À luz da “práxis” do Sistema Socialista Marxista-Leninista, contudo, constata-se um quadro bastante afastado daquilo que idealizaram os técnicos do Comunismo.

Em primeiro lugar, a implantação do Comunismo na União Soviética não resultou da deterioração de uma economia capitalista madura (o País era estagnado

e basicamente agrícola), por outro lado, ao contrário do que fora previsto, instaurou-se através da ditadura dos líderes do Partido Comunista, e, assim, permanece sob a forma de Regime Autocrático, de partido único.

Em segundo lugar, a previsão do desaparecimento do Estado, em face da realidade soviética, é um objetivo de difícil ou impossível atingimento. Senão vejamos: a desmedida burocracia cerceadora da atividade econômica na União Soviética, chegou a ser exercida por 32 Ministérios.

Em terceiro lugar, a sonhada sociedade sem classes, em face do Comunismo praticado na União Soviética, fica muito difícil de ser admitida e visualizada, mesmo a longo prazo; quando, segundo Keynes, "todos estaremos mortos".

Não obstante os desvios significativos entre o plano teórico e o plano da "práxis" do Socialismo Marxista-Leninista, negar o crescimento da economia soviética, seria atitude de mera contraposição à realidade. Contudo, é importante ressaltar as observações de Hunt & Sherman: "A União Soviética pagou por todo o progresso, a partir de 1917, um preço elevado, consubstanciado não apenas em termos de décadas de trabalho brutal e consumo postergado para o futuro, não apenas em termos de sangue e milhões de vida, mas também, em termos de uma ditadura política que no passado eliminou seus inimigos e freqüentemente segue reprimindo a atividade intelectual de seus cidadãos".

Por outro lado, a despeito de todo o controle estatal, o setor agrícola continua extremamente vulnerável e registrando baixa produtividade. A diversificação do setor industrial, verificada a partir da 2ª Guerra Mundial, vem-se constituindo em fator de enfraquecimento do poder do comando central, em termos de execução da planificação. As reformas estruturais propostas pelo Prof. Liberman, em 1962, incluindo a utilização de "estímulos próprios das economias liberais", foram adotadas com extrema parcimônia e afetando apenas setores pouco relevantes, no âmbito geral do produto industrial, como foi destacado por Hunt & Sherman: "... as mudanças mais dramáticas, solicitadas pelos reformadores, jamais se concretizaram. Além disso, o novo sistema econômico continuava a manter o método da alocação direta de recursos".

Este, resumidamente, é o quadro do Sistema Socialista Marxista-Leninista, o qual por todas estas peculiaridades, apresenta uma característica marcante: a falta de motivação do homem.

O Capitalismo Moderno praticado no mundo ocidental em países democráticos e, portanto, de pluralidade partidária, através da ação orientadora, co-participante e intervencionista do Estado, torna-se cada vez mais sensível às aspirações da coletividade, objetiva mais intensamente a Justiça Social e resguarda, sobretudo, a dignidade da criatura humana.

Em síntese, o Neocapitalismo dispõe dos mecanismos para conciliar os interesses e, assim, manter o homem suficientemente emulado para acelerar o progresso tecnológico e orientar as atividades, através da incorporação de novas técnicas, para possibilitar níveis mais elevados de Bem-Estar e de Justiça Social.

Assim, o Capitalismo Moderno, praticado num contexto democrático, por sua própria natureza, gera expectativas, que dependendo do estágio de crescimento

econômico do País não podem ser atendidas em sua globalidade. Para os críticos do Capitalismo estava aí configurada a incapacidade do sistema em atender a essas demandas; esquecem-se, porém, que no Sistema Socialista Marxista-Leninista aquelas expectativas são asfixiadas no seu nascedouro.

Feitas estas considerações, poderíamos, de forma esquemática, distinguir o Capitalismo Moderno do Socialismo Marxista-Leninista:

<i>CAPITALISMO MODERNO</i>	<i>SOCIALISMO MARXISTA-LENINISTA</i>
Regime Democrático – Pluripartidário.	Regime Autocrático – Partido único.
Intervenção parcial do Estado de forma, predominantemente, indutiva.	Intervenção direta e total do Estado.
Descentralização do Processo Decisório.	Centralização do Processo Decisório pelo Estado.
Propriedade dos meios de produção e do seu uso dividida pelas esferas privada e pública.	Propriedade coletiva dos meios de produção e do seu uso.
Planejamento indicativo.	Planificação global, centralizada e impositiva.
Conciliação entre os interesses individuais e coletivos.	Subordinação dos interesses individuais aos interesses coletivos.
Lucro como móvel da iniciativa privada.	Lucro apropriado pelo Estado.
Exercício da livre iniciativa, concomitantemente com a intervenção parcial do Estado.	Supressão da livre iniciativa, pela intervenção direta e total do Estado.
Concorrência empresarial orientada e estimulada pelos instrumentos de política econômica.	Realização da eficiência através da planificação global da atividade econômica.
Mecanismo das forças do mercado, conjugado com a função orientadora, co-participante e intervencionista do Estado.	Substituição do mecanismo das forças do mercado pela fixação autoritária dos preços, dos meios de produção, dos bens e dos serviços.

3 – CONCLUSÃO

Conforme observou Lajugie: "Os Sistemas Econômicos não são algo congelado, mas constituem um conjunto de instituições vivas e móveis em contínua evolução".

Os Sistemas Socialista Marxista-Leninista e Neocapitalista convivem com uma série de problemas, quase que generalizados, como: a inflação, o desemprego, as relações de comércio exterior, e, até mesmo, a ação das empresas multinacionais, entre outros. Cada Sistema absorve e adota a terapêutica julgada adequada, de maneira específica e extremamente diferenciada (quase sempre de forma diametralmente oposta), como tivemos oportunidade de apreciar.

No entanto, como ficou evidenciado de toda a análise comparativa, o Capitalismo demonstrou possuir muito mais flexibilidade e muito maior capacidade de adaptação em face das novas características do mundo atual.

Desta forma, concluímos com Perroux: "... por mais imperfeito que possa ser, o sistema de mercado, possui o mérito de manter algum contato entre os produtores e as preferências dos consumidores. Por desviado que seja, o compromisso dos preços salvaguarda em qualquer medida a liberdade das partes. Por criticável que seja econômica e moralmente em casos particulares, o lucro é ainda a incitação e a sanção mais prática e menos custosa que se pode pôr em prática numa economia realizada. Para dizê-lo em algumas palavras que suscitariam longos comentários: o mercado, mesmo muito imperfeito, vale mais que um planejamento perfeito; um compromisso em que todos os parceiros têm direitos limitados de expressão e ação é melhor do que um regime em que, por definição, o Estado pode dispor dos cidadãos em grau ilimitado".

BIBLIOGRAFIA

- 1 – HUNT, E. K. & SHERMAN H. J. – *Sistemas Econômicos Comparados: O Mundo Socialista*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1977.
- 2 – KEYNES, John Maynard – *Teoria General de la Ocupación, el Interés y el Dinero*. Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1951.
- 3 – LAJUGIE, J. – *Os Sistemas Econômicos*. Difusão Européia do Livro, 1971.
- 4 – LANDAUER, Carl – *Sistemas Econômicos Contemporâneos*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966, Vols. I e II.
- 5 – MARX, Karl – *Contribution a la Critique de l'Economie Politique*. Edition Sociales, Paris, 1957.
- 6 – MARX, Karl – *El Capital* (Tradução do Prof. Manuel Pedroso). Ediciones Fuente Cultural, México, s. d.

- 7 - NCE3-79 - *Sistemas Econômicos Contemporâneos*. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1979.
- 8 - PERROUX, François - *O Capitalismo*. Difusão Européia do Livro, 1970.
- 9 - ROBINSON, Joan - *An Essay on Marxian Economics*. MacMillan, London, 1952.
- 10 - ROSSETTI, José Paschoal - *Introdução à Economia*. Editora Atlas, São Paulo, 1972.
- 11 - ROSSETTI, José Paschoal - *Política e Programação Econômicas*. Editora Atlas, São Paulo, 1978.
- 12 - SMITH, Adam - *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. The Modern Library, New York, 1937.
- 13 - VILEY, Daniel - *Economia de Mercado - A Economia do Futuro? EXPED - Expansão Editorial*, Rio de Janeiro, 1978.
- 14 - ZAMORA, Francisco - *Tratado de Teoria Econômica*. Editora Fondo de Cultura Económica, México-Buenos Aires, 1958.